

Pela moralidade parlamentar

GAUDÊNCIO TORQUATO

Antes de mais nada, é preciso que se diga: o Parlamento é a instituição que representa, por excelência, os ideais democráticos. Ele exprime a vontade popular e é pontal de conflunência do amálgama social. A crítica aos parlamentares, por isso mesmo, não se dirige ao Congresso Nacional, enquanto entidade, como querem fazer entender certos parlamentares, que procuram usar escudo institucional para se defender das críticas. É preciso também ressaltar a seriedade, a ética e a dignidade com que um grupo de parlamentares cumpre a missão. Mas não se pode deixar de denunciar o espírito de corpo das duas Casas legislativas em episódios que realçam a defesa de interesses pessoais.

A aprovação do salário de R\$ 8 mil, pago 15 vezes ao ano, resultará em R\$ 10 mil mensais, chegando a quase US\$ 12 mil. O parlamentar brasileiro ganhará, assim, mais que o parlamentar norte-americano, hoje com um salário de US\$ 11 mil, que o italiano, em torno de US\$ 10,5 mil; o alemão, que recebe US\$ 6,5 mil; e o francês, com US\$ 5,625 mil. Comparando com a iniciativa privada, até pode não ser um salário astronômico, pois executivos de primeira linha recebem salários de US\$ 15 a US\$ 20 mil. É preciso, porém, considerar a outra ponta. O salário mínimo, no País, é um dos menores do mundo. Vem abaixo do México, Uruguai, Venezuela, Argentina, onde o mínimo chega a US\$ 200 e até do nosso pobre Paraguaí, que paga US\$ 145. Para ganhar os US\$ 120 mil que um parlamentar deve receber, por ano, um trabalhador, com salário mínimo de R\$ 70, teria de suar a camisa durante 143 anos.

Sabe-se, ainda, que a semana de trabalho parlamentar é muito magra. Trabalha-se terças, quartas e quintas. Está certo que os parla-

mentares precisam conviver com suas bases. Também deve ser computada a ação dos congressistas nas comissões temáticas. Mas o que se vê, no Congresso, é a dispersão, e, sobretudo, um índice pequeno de decisões legislativas. As Medidas Provisórias, em excesso, estão encolhendo e até anulando a ação parlamentar. O Congresso aprovou, ano passado, 131 leis, mas o Presidente da República editou 405 Medidas Provisórias. E o voto de lideranças tem transformado o plenário em coisa amorfa. O voto de 594 parlamentares é substituído pelo voto de cinco ou seis. Congressistas perambulam, jogando conversa fora e decidindo pouco. Centenas de projetos se acumulam, muitos com cara de coisa absurda e outros com feição folclórica. (Até parece que são feitos para recheiar o curriculum).

Falta objetividade. As mesas diretoras acumulam grande poder. Decidem a pauta, as prioridades, sem consultar o plenário. As assessorias deveriam se preocupar em organizar as ênfases, os projetos homogêneos e de natureza afim. As súmulas são confusas. Cronogramas deixam de ser cumpridos. As ausências às votações e presença em comissões carecem de sistemas mais rígidos de controle e penalização. Os lobbies, por falta de legislação apropriada, acabam se infiltrando nos intestinos do sistema parlamentar, contaminando energias e corrompendo decisões. Para que saiam da clandestinidade, urge aprovar sua regulamentação. O número de assessores também é excessivo, o que confere às duas Casas legislativas um aspecto de feira de Bagdá.

A indignação popular é resultante de um conjunto de distorções, muitas apontadas pela mídia, outras transmitidas pela intensa cultura oral do País. O político virou sínô-

nimo de coisa ruim. E, para complicar, os parlamentares parecem insensíveis ao clamor da sociedade. Tomam decisões que revoltam a opinião pública. É um absurdo defender a idéia de que o culpado é o povo, que elegeu os parlamentares. O povo elege o representante, na confiança de que ele estará sempre a serviço das causas dos representados. Ao votar, o eleitor cumpre o dever cívico de defender a participação no processo político e preservar sua cidadania. Não está dando direito ao representante de votar contra os interesses sociais. Ou seja, o desvio é feito pelo parlamentar e não pelo eleitor.

Por tudo isso, chegou a hora de o Congresso Nacional promover uma reciclagem nos métodos. Sob pena de continuar a ser massacrado pela fúria popular. O abismo entre a instituição política e a sociedade se acentua todas as vezes em que se exibem dados e situações de contraste entre a vida do congressista e a vida de outros cidadãos. A propósito, esta semana um coronel da Aeronáutica, com 32 anos de serviço, fluente em francês, se ofereceu, em anúncio, para trabalhar como motorista particular. Seus soldos somam R\$ 1.850. Enquanto isso, o deputado federal Wilson Campos, do PSDB de PE, ao justificar o reajuste de 140% para os parlamentares, lembrou ser pai de quatro filhos, portanto, com uma imensa folha de despesas mensais. Esqueceu de lembrar que Carlos Wilson, seu filho, eleito senador, ganhará também 15 salários anuais. Esqueceu de lembrar, também, que há médicos com salários de R\$ 400. E que milhares de professores, em todo o País, muitos com mais de quatro filhos, vivem com salários de menos de R\$ 300.

■ Gaudêncio Torquato é jornalista e professor-titular da USP